

Esta edição da **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho** apresenta várias contribuições sobre ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES, abordando enfoques que contemplam as ações estratégicas em infraestrutura, gasto público em educação, Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Rio Grande do Norte, vulnerabilidade social e os impactos agrícolas e da pecuária no estado do Pará. É importante destacar que cada artigo mostra a responsabilidade dos autores em contemplar uma discussão acerca do desenvolvimento regional, procurando contribuir para o debate acadêmico.

Rafael Pastre, no artigo intitulado **Plano de Desenvolvimento Regional BR-163 Sustentável: Avaliação das Repercussões das Ações Estratégicas em Infraestrutura sobre o Norte do Mato Grosso**, busca avaliar o Plano BR-163 Sustentável, tomando-se como base a infraestrutura de transporte e logística voltada para o escoamento da safra de grãos do Centro-Oeste para os portos do Arco Norte. O autor examina os objetivos do referido plano onde se prioriza a implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável, apresenta os procedimentos teóricos e metodológicos, procurando destacar o papel da infraestrutura para a realização de atividades econômicas. Discute as transformações produtivas que ocorreram no Mato Grosso e os antecedentes que justificaram a elaboração deste Plano. Constatou que, a despeito da importância da concepção do Plano BR-163 Sustentável no processo de elaboração de medidas que possam contemplar a infraestrutura, a escassez de recursos públicos, falta de fiscalização e pouco dinamismo institucional funcionaram como entraves ao seu processo de implementação, cujos investimentos realizados não contemplaram o objetivo principal que originou o Plano, ou seja, o de ampliar a multimodalidade por meio do aproveitamento da potencialidade de navegabilidade dos rios da Amazônia em favor da modificação do sentido do escoamento da safra de grãos do Centro-Oeste, em especial a do Mato Grosso, permitindo, assim, redução de tempo e de distância percorridos, com aumentos de rentabilidade para os produtores.

Em **Relação entre Gasto Público em Educação e Desempenho Educacional: uma análise dos municípios do Nordeste**, Georgiana K. O. de Moraes, Maria E. de Andrade, Rodolfo F. R. Costa e Francisco S. de Lima, analisam a relação entre o gasto público em educação e o desempenho educacional nos municípios do Nordeste no ano de 2015. Por meio do uso da regressão quantílica, constatam que não há uma relação entre o gasto público em educação e o desempenho escolar médio de alunos nordestinos e a explicação para a obtenção dos resultados reside na pequena quantidade de quantis estatisticamente significativos, que pode estar relacionado ao efeito defasado da variável gasto em relação à variável dependente de desempenho escolar dos alunos. Entretanto, identificam uma forte relação entre a formação acadêmica dos professores e o desempenho educacional, bem como que a renda *per capita* mostrou-se importante nos casos em que os municípios apresentam um maior número de alunos com baixo desempenho escolar.

A partir de uma análise sobre **O Fenômeno da Zona de Processamento de Exportação no Rio Grande do Norte**, Denilson da S. Araújo e Rebeca M. da Silva revelam que, apesar da ZPE ser considerado um instrumento de política de exportação ao criar um ambiente propício à atração de diversas empresas que atuam no ramo produtivo voltado ao mercado exportador, permitindo, assim, a diversificação da produção, adensamento setorial, aumento dos investimentos, acesso aos insumos a preços mais competitivos e inovação tecnológica, o Rio Grande do Norte não figura como um caso de sucesso nesse sentido, em razão da ocorrência de vários entraves ao processo de desenvolvimento de suas bases econômicas, apesar do esforço de construção de uma infraestrutura em curso, não integrando assim com a economia estadual e nem tampouco permitindo o efeito de transbordamento da produção local pela falta de robustez da própria estrutura produtiva do Estado.

A discussão envolvendo uma análise sobre **Vulnerabilidade Social na Paraíba: e suas Disparidades Espaciais a partir do IVS**, de autoria de Diago Marenilson Oliveira Batista da Silva e Ricardo Schmidt Filho, procura explorar através de uma Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) a vulnerabilidade social do Estado da Paraíba a partir do Índice de vulnerabilidade social (IVS). A ideia reside em identificar os padrões de correlação espacial dos dados e as regiões com maior densidade nos quesitos de vulnerabilidade entre 2000 e 2010. Concluem que a Paraíba apresenta um avanço no quesito vulnerabilidade social, o que significa dizer que ocorreu nos anos analisados um maior acesso aos ativos que possuem a capacidade de promover uma maior integração social e econômica dos agentes na sociedade. Contudo, isso não se dá de forma homogênea, pois outras áreas ainda carecem da implementação de uma política pública mais integrada com o conjunto da dinâmica espacial, de tal forma que seja capaz de reduzir as fragilidades e desigualdades internas ao estado pela expansão dos investimentos e de medidas que promovam a inserção de pessoas no contexto das políticas de desenvolvimento socioeconômico.

Severino Félix de Souza, Gessiane Paulino e Armando Lirio de Souza, no artigo **Impacto Agrícola e da Pecuária no Estado do Pará**, pretendem analisar o impacto agrícola e da pecuária na economia do estado do Pará, utilizando-se para tanto do modelo econométrico de dados em painel. Por meio dos resultados obtidos, os autores mostram que tanto a produção agrícola temporária e permanente como a produção pecuária apresentam impactos positivos para a economia dos estados paraenses. Porém, em se tratando do Valor Agregado Bruto (PIB Agrícola), as produções agrícolas apresentam impactos positivos, enquanto que a produção pecuária, não sendo estatisticamente relevante, não gera impactos significativos. O mesmo não ocorrendo a partir da análise da variável dependente Produto Interno Bruto *per capita*, quando os impactos econômicos se mostram positivos, mesmo não sendo expressivos. A explicação para a ocorrência de tais resultados pode está atrelada ao fato de que alguns municípios não apresentam uma base econômica voltada à produção agrícola e pecuária, em favor de uma estrutura produtiva regida pelo setor industrial ou de serviços.

Deste modo, o tema central da revista, evidenciado nas discussões realizadas pelos autores, nos instiga, a partir da leitura dos artigos, a realizar uma série de reflexões e questionamentos importantes e, certamente, as abordagens apresentadas servirão de base para a realização de outras pesquisas, aprofundando, assim, o debate acadêmico que envolva as argumentações teóricas e empíricas apresentadas.

Mais uma vez, desejamos uma boa leitura a todos.

Comissão Editorial